



INSTITUTO SUPERIOR POLITÉCNICO PRIVADO WALINGA DO MEXICO  
APROVADO PELO CONSELHO DE MINISTRO, AOS 17 DE MAIO DE 2017  
DECRETO PRESIDENCIAL Nº 132/2017, 19 DE JUNHO.

## COMISSÃO DE AUTO-AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

# RELATÓRIO FINAL DE AUTO-AVALIAÇÃO DO CURSO DE ENSINO PRIMÁRIO

2017 – 2022

(VERSÃO ACTUALIZADA, AGOSTO 2024)

LUENA  
JULHO 2023

## **Presidente do Instituto**

Msc. Jorge Manuel Chalelo

## **EQUIPA DE AUTO-AVALIAÇÃO**

### **Coordenação**

Msc. Bendito Guilherme Muhusso  
(Vice-presidente para Área Científica e Pós-graduação)

### **Coordenação-adjunta**

Horácio Paulo Mingochi  
(Vice-presidente para Área Científica e Pós-graduação)

António Ferreira  
(Secretário-Geral do ISPPWM)

## **Departamento de Gestão de Qualidade**

1. Ovídio João Osório

## **Representante dos Docentes**

1. Constantino António Sambimbi
2. Alberto Ezequiel Inácio

## **Representante dos Estudantes**

1. Azevedo Muacandala

## **Representante do Pessoal Técnico Administrativo**

1. Bruno Adelino

## **Equipa Responsável pelo Inquérito**

1. António Dinis Tony – Estudante
2. Azevedo José Muacandala – Estudante
3. Bruno Adelino – Técnico Administrativo
4. César Kamaka Precioso Chicomba – Estudante
5. Dayana Olívia Chilombo Mununga – Estudante
6. Elisa Valdete Gomes – Estudante
7. Eugênio M. Malamba – Estudante
8. Gedeão João Sengua – Estudante
9. João Paiva Conceição Carlos – Estudante
10. Jorge Yava Domingos – Estudante
11. Judilson William Luwaya Pinto – Estudante
12. Maurício Muetchalo Paulo Kanganjo – Estudante

## **LISTA DE ABREVIATURAS**

**IES** – Instituição de Ensino Superior

**ISPPWM** – Instituto Superior Politécnico Privado Walinga do Moxico

**PTA** – Pessoal Técnico Administrativo

**PAA** – Projecto de Auto-Avaliação

**CAA** – Comissão de Auto-Avaliação

RAA – Relatório de Auto-Avaliação

## **CONTEÚDO**

<b>1. Enquadramento .....</b>	<b>5</b>
1.1. Contexto .....	6
1.2. Apresentação da Unidade Orgânica .....	6
1.3. Apresentação do Curso .....	8
<b>2. Metodologia .....</b>	<b>9</b>
2.1. Enquadramento Geral .....	9
2.1. Instrumentos de Recolha e Análise de Dados .....	9
<b>3. Apresentação dos Resultados - Análise SWOT.....</b>	<b>11</b>
<b>4. Conclusões e Recomendações.....</b>	<b>16</b>
4.1. Conclusões.....	16
4.2. Recomendações .....	16
<b>5. Plano de Melhoria.....</b>	<b>17</b>

## 1. Enquadramento

A Auto-Avaliação, sendo um imperativo legal e uma necessidade interna do Instituto, é um processo de auto-análise e auto-conhecimento que avalia a qualidade do desempenho da Instituição, nas áreas do ensino, investigação, extensão e gestão organizacional. Assim, a Auto-Avaliação realizada foi de abrangência institucional, i.e., à generalidade da Instituição, nas dimensões acima mencionadas. E os principais objectivos foram os de aferir a qualidade do desempenho do Instituto, criar e desenvolver uma cultura de qualidade, contribuir para identificação dos problemas e de potencialidades concretas no domínio da avaliação da qualidade dos serviços prestados e fornecer informações e dados necessários ao processo de avaliação externa e de acreditação, em conformidade com a legislação vigente.

A Auto-Avaliação foi realizada por uma Comissão, constituída formalmente pelo Despacho pelo **Despacho n.º 035/03/GB/PDT/ISPPWM/2023**, composta por um (1) Coordenador, dois (2) sub-coordenadores e três (3) membros (representes dos professores, dos estudantes e do pessoal técnico administrativo, respectivamente). O Coordenador e os sub-coordenadores da Comissão, são órgãos da Direcção do Instituto e foram seleccionados como membros pelo conhecimento que estes possuem sobre a vida da Instituição, o que lhes permite aferir com objectividade e realismo os principais indicadores de desempenho institucional, bem como os pontos forte e fracos; quanto aos outros membros, nomeadamente os representes dos professores, dos estudantes e do pessoal técnico administrativo, foram seleccionados para garantir a inclusão e a transparência no processo de Auto-Avaliação.

O presente documento, denominado **Relatório de Auto-Avaliação**, tem como objectivo apresentar os resultados do processo de Auto-Avaliação levado a cabo pela Comissão no Instituto Superior Politécnico Privado Walinga do Moxico, refletindo a realidade objetiva do Instituto nos principais indicadores de desempenho. Para além da apresentação dos resultados, serão apresentados, no presente relatório, as recomendações necessárias e um plano de melhorias de

natureza administrativa, política, pedagógica e técnico-científico que visam melhorar os pontos fracos identificados.

## **1.1. Contexto**

### **✚ O Contexto da Realização da Auto-Avaliação**

O presente relatório de auto-avaliação é consequência da necessidade da instituição, que busca a melhoria da qualidade dos cursos ministrados no ISPPWM, e requisito da avaliação externa sob orientação do Instituto Nacional de Avaliação, Acreditação e Reconhecimentos dos Estudos do Ensino Superior (INAAREES), para conferir o desempenho dos indicadores de qualidade e a consequente acreditação dos cursos.

### **✚ Objectivo da Auto-avaliação**

A auto-avaliação tem como objectivo: aferir a qualidade do curso do Ensino Primário, baseando-se nos indicadores do INAAREES que orientam os padrões de qualidade legalmente estabelecidos; bem como fazer uma análise SWOT com vista a garantir uma melhoria contínua na oferta do curso.

## **1.2. Apresentação da Unidade Orgânica**

O Departamento de Ensino e Investigação das Ciências Sociais e Humanas (DEI-CSH), é uma Unidade Orgânica do Instituto Superior Politécnico Privado Walinga do Moxico, responsável pela gestão das actividades de ensino, investigação e extensão dos cursos de licenciatura em Ensino Primário, Psicologia, Sociologia e Direito. O DEI-CSH já funciona desde a fundação do ISPPWM, cujos cursos acima mencionados são aprovados pelo Decreto Executivo n.º 147/22, de 3 de Março.

### **✚ Missão**

O DEI-CSH tem como missão o desenvolvimento de actividades de ensino, investigação e de prestação de serviço à comunidade, que contribuam na construção de cidadãos críticos e competentes, capazes de contribuir no processo de desenvolvimento económico, social e cultural.

## **Objectivos**

O DEI-CSH tem como objectivos: i) contribuir no desenvolvimento de competências científicas, pedagógicas e psicossociais dos cidadãos, moldados de elevado senso crítico e valores éticos, patrióticos e cívico-morais; ii) contribuir na organização do processo educativo, de forma particular no processo de ensino-aprendizagem, mediante a inovação e aplicação de técnicas e instrumentos necessários para o desenvolvimento das competências para a Educação Primária; iii) formar recursos humanos comprometidos com a promoção dos direitos humanos e da qualidade de vida de pessoas, grupos e organizações, actuando de maneira crítica, ética e com responsabilidade social em diferentes contextos.

## **Organização do Departamento**

A estrutura do DEI-CSH é composto por chefe do Departamento, Conselho Pedagógico, Conselho Científico, Coordenadores de Cursos, regentes de unidades curriculares.

Os Conselhos Pedagógico e Científicos são composta chefe do departamento, que o preside, por coordenadores de cursos, regentes de unidades curriculares, professores indicados e delegados de turmas dos cursos (excepto no conselho científico).

## **Principais Actividades de Ensino, Investigação e Extensão**

**i) As actividades de Ensino** correspondem ao processo do ensino-aprendizagem dos alunos, como as horas destinadas às aulas em sala, laboratórios, estágios e seminários, nos principais cursos do DEI-CSH, nomeadamente licenciatura em Ensino Primário, Psicologia, Sociologia e Direito.

**ii) As actividades de investigação** são desenvolvidas no âmbito das jornadas científicas feitas anualmente a nível do departamento/instituto, do centro de Investigação Científica e Desenvolvimento do ISPPWM e dos trabalhos finais de cursos, dentro das linhas de investigação dos cursos do departamento.

**iii) As actividades de extensão** são desenvolvidas, juntos das comunidades, a nível dos cursos de Direito, mediante consultas jurídicas, de Psicologia da Educação, mediante consultas e palestras nas unidades penitenciárias, e no curso de Ensino

Primário mediante o processo de alfabetização nos bairros secundários da cidade do Luena.

### **1.3. Apresentação do Curso**

O curso de licenciatura em Ensino Primário foi aprovado pelo Decreto Executivo n.º 147/22, de 3 de Março, e conta actualmente com 670 estudantes, sendo 530 no período laboral e 140 no pós-laboral, entre os quais 334 do sexo masculino e 336 feminino.

O curso está estruturado em quatro (4) anos curriculares, sendo o último semestre dedicado exclusivamente ao estágio curricular, com uma carga horária total de 3.148 horas.

**Perfil de entrada:** o candidato deve ter concluído a Escola de Formação de Professores, do II Ciclo do Ensino Secundário, e obtiver na disciplina de Língua Portuguesa e de Matemática, um resultado igual ou superior 12 valores como média aritmética das notas finais. O ingresso do candidato ao curso de Ensino Primário está condicionado a realização de um exame de acesso devendo para o efeito obter a classificação igual ou superior a 10 valores.

**Perfil de saída:** o estudante que termina o curso de licenciatura em Ensino Primário desempenhará funções lectivas de professor do ensino geral.

### **Objectivos do Curso**

Dotar os estudantes de competências científicas, didático-pedagógicas e psicossociais, moldados de elevado senso crítico e de valores ético-morais, para o exercício de funções docentes; garantir a prática sistemática de expressão motora e de actividades desportivas para o aperfeiçoamento das habilidades psico-motoras.

## 2. Metodologia

### 2.1. Enquadramento Geral

O processo de Auto-Avaliação foi realizado em quatro (4) fases<sup>1</sup>, nomeadamente: a) preparação, b) implementação e c) Síntese, conforme a seguir:

A **1ª FASE** – de **Preparação** – compreendeu às acções de constituição, pelo Órgão máximo do Instituto, através do **Despacho n.º 035/03/GB/PDT/ISPPWM/2023**, da Comissão de Auto-Avaliação (**CAA**), responsável pela preparação e elaboração do presente Projecto. Decorreu, também, nesta fase, a capacitação dos membros da **CAA** e a sensibilização e discussão com a comunidade académica, cujo objectivo foi o de permitir a sua socialização com o Regime Jurídico de Avaliação e Acreditação da Qualidade do Ensino Superior e do Regulamento do Processo de Auto-Avaliação das IES, bem como a sua participação na construção da proposta avaliativa. Para tal, serão realizadas actividades, tais como reuniões, seminários, palestras, etc..

A **2ª FASE** – de **Implementação**, compreendeu ao desenvolvimento da Auto-Avaliação, mediante a constituição e mobilização de grupos de trabalhos e a consequente concepção e aplicação, por estes, do questionário, conforme definido no PAA, para se gerar resultados sobre as dimensões objecto da avaliação.

A **3ª E ÚLTIMA FASE** – de **Síntese**, diz respeito ao presente momento, o da apresentação do Relatório Final, cujos resultados deverão ser divulgados para a tomada de conhecimento de toda a comunidade.

### 2.1. Instrumentos de Recolha e Análise de Dados

Foi adoptada uma abordagem quanti-qualitativa, com recurso à análise documental, observação e aplicação questionário. A análise documental compreendeu à mobilização dos principais documentos da instituição, nomeadamente o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), o Projecto Pedagógico do Curso (PPC), o

---

<sup>1</sup> Em conformidade com o Decreto Executivo n.º 108/20, de 09 de Março – Regulamento do Processo de Auto-Avaliação das IES. Diário da República: I Série, N.º 26. Luanda

Estatuto Orgânico do Instituto, os planos e os relatórios de realização de actividades, as actas de reuniões, os despachos, os diplomas legais do Subsistema do Ensino Superior e outros documentos julgados pertinentes. Os documentos inerentes à instituição, foram obtidos do responsável da UO e dos outros gabinetes.

O objectivo principal com a análise documental, foi o de analisar as convergências e as divergências (ou a coerência e a incoerência) entre os propósitos, a missão, os valores e os recursos definidos e mobilizados pela Instituição com as acções/actividades desenvolvidas por esta, bem como a adequação dos propósitos, procedimentos, regulamentos e instrumentos que norteiam as acções da Instituição com a legislação vigente sobre o Ensino Superior.

Em relação à observação, consistiu na verificação e conferência de determinadas evidências, como por exemplo a fixação de certos regulamentos, normas, listas e a missão institucional ou da UO nas vitrines, página Web, portal e redes sociais. Quanto ao questionário, foi aplicado, no formato online (<http://www.mysurvs.com/survey/253912097/>), à comunidade académica, estratificada em três grupos: i) cem (100) estudantes, por ano de frequência; ii) seis (6) professores e iii) quatro (4) PTA. O objectivo foi o de obter percepções e opiniões sobre os aspectos relacionados ao currículo, às condições infraestruturais, à qualificação e ao perfil do docente, à prestação dos serviços administrativos, às actividades de extensão, à investigação científica, ao perfil do discente, etc., estabelecendo escalas ordinais para se aferir o grau de satisfação/percepção de cada indivíduo inquirido.

Para análise e apresentação de dados, recorreremos ao método interpretativo e à análise SWOT, quanto aos dados qualitativos recolhidos pelo procedimento documental; em relação aos dados quantitativos resultantes de aplicação do questionário, recorreremos à análise estatística descritiva, usando gráficos, tabelas e quadros para apresentação dos resultados. Como foi utilizada a plataforma online **MySurvs**, a tabulação e a apresentação de dados foram automáticos, entretanto, mereceu tratamento com recurso ao MS Excel.

### 3. Apresentação dos Resultados - Análise SWOT

Quadro 1. Análise SWOT

<b>Indicador 1. Missão e Objectivos da UO</b>	
<p><b>Descrição:</b> O DEI-CSH tem como missão o desenvolvimento de actividades de ensino, investigação e de prestação de serviço à comunidade, que contribuam na construção de cidadãos críticos e competentes capazes de contribuir no processo de desenvolvimento económico, social e cultural.</p>	
<b>Forças</b>	<b>Fraquezas</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ A missão está declarada no PDI e no PPC e Regulamento do curso e foi revisada recentemente;</li> <li>✓ A missão expressa claramente as intenções fundamentais da Instituição;</li> <li>✓ A missão e os objectivos da UO são divulgados pelas diferentes vias: vitrinas, programas curriculares, estatutos e página web</li> <li>✓ A missão conhecida pela comunidade académica;</li> <li>✓ A missão e os objectivos da UO estão alinhados com a missão da Instituição.</li> </ul>	<p>Nenhuma</p>
<b>Indicador 2. Gestão</b>	
<p><b>Descrição</b> A Gestão dentro do departamento, permite verificar o grau da democraticidade dos processos e interação com a comunidade académica, a prestação de contas, a descrição de competências e tarefas atribuídas aos responsáveis pela gestão, a adequação da estrutura de direcção e administração à missão do ISPPWM. Permite, também, o cumprimento dos documentos que compunham a base legal da criação da Instituição e do reconhecimento dos cursos por parte do Ministério do Ensino Superior Ciência Tecnologia e Inovação (MESCTI).</p>	
<b>Forças</b>	<b>Fraquezas</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ A gestão da UO e do curso é orientada por um conjunto de normativos, nomeadamente o Regime Jurídico do Subsistema do Ensino Superior, aprovado através do Decreto Presidencial n.º 310/20, de 7 de Dezembro), o Decreto Presidencial n.º 132/2017, de 19 de Junho, que aprova o Instituto e o Decreto Executivo n.º 147/22, de 3 de Março, que aprova os cursos.</li> <li>✓ A nível interno, a gestão tem como base o Estatuto Orgânico da Instituição, o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), o Projecto Pedagógico do Curso (PPC), regulamentos, relatórios e actas de reuniões relevantes;</li> <li>✓ O corpo Directivo da UO é conhecido pelos demais membros da comunidade académica;</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Insuficiência do quadro pessoal no departamento para assegurar a gestão de actividades de ensino, investigação e extensão de forma eficiente e eficaz;</li> <li>✓ Falta de adequação, no plano prático, da estrutura organizacional ao estatuto e à legislação em vigor;</li> <li>✓ Dependência financeira, receita é proveniente basicamente do pagamento de propinas por parte dos estudantes, não existindo outras fontes de financiamento;</li> </ul>

<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Existência das descrições de tarefas/funções, que são baseadas nos estatutos e no regulamento da UO;</li> <li>✓ Para a deliberação de actos e aprovação das agendas de trabalhos ou actividades do departamento, são agendas reuniões do conselho pedagógico, onde participam os membros elegíveis e todos eles com direito à opinião de forma democrática e inclusiva;</li> <li>✓ A gestão financeira obedece procedimentos administrativos, nomeadamente os planos de necessidades, planos orçamentais, notas de requisições juntos dos fornecedores, facturas de pagamento, recibos de pagamento;</li> <li>✓ Existência de um plano de formação e um sistema de avaliação do desempenho docente e do PTA;</li> <li>✓ Existência de Procedimentos e instrumentos para a recolha de informação e avaliação periódica do curso;</li> <li>✓ Existe uma base de dados que assegura a gestão dos dados académicos e dados pessoais dos estudantes.</li> </ul>	
---	--

### Indicador 3. Currículo

#### Descrição:

O conteúdo do currículo deve ser relevante e garantir o desenvolvimento de competências nas áreas de investigação científica e extensão e práticas profissionais, e deve estar ajustado às exigências da sociedade.

Forças	Fraquezas
<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Existe Projecto Pedagógico do Curso, com a descrição dos objectivos, que estão alinhados com a Missão da Instituição e com os objectivos do País;</li> <li>✓ O Plano Curricular é aprovado pelo Ministério de Tutela, com quantificação de total de horas, divididas em horas teóricas, práticas e teorico-práticas;</li> <li>✓ Há correspondência entre o perfil do graduado, o conteúdo curricular e às necessidades do mercado;</li> <li>✓ O plano curricular prevê o estágio dos estudantes;</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ O Plano Curricular não descreve disciplinas nucleares, complementares e opcionais com os respectivos números de créditos mostrando a proporção existente;</li> </ul>

### Indicador 4. Corpo Docente

#### Descrição:

O curso é assegurado por 35 docentes, dos quais 6 efectivos e 29 em regime de colaboração.

Forças	Fraquezas
<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Existe um plano de formação para docentes;</li> <li>✓ Existência de um número considerável (&lt;50%) de docentes com o grau de mestre;</li> <li>✓ Existência de docentes com agregação pedagógica e a frequentar cursos de Mestrado e Doutoramento;</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Número reduzido de docentes com o grau de doutor, o que não satisfaz o cumprimento da legislação e dos padrões de qualidade de ensino e investigação;</li> <li>✓ A maioria (&gt;50%) dos professores funciona em regime de tempo parcial;</li> </ul>

### Indicador 5. Corpo Discente

#### Descrição:

O curso funciona em regime laboral e pós-laboral, e conta com um total de 670 estudantes.

Forças	Fraquezas
<ul style="list-style-type: none"><li>✓ Existe uma base de dados que assegura a gestão dos dados académicos e dados pessoais dos estudantes;</li><li>✓ Maior procura do curso de ensino primário pela comunidade;</li><li>✓ Os estudantes participam na vida da instituição, através da realização das actividades académicas e extra-lectivas.</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>✓ Pouco acompanhamento de especialistas aos estudantes com necessidades educativas especiais transitórias.</li></ul>

### Indicador 6. Pessoal Técnico Administrativo (PTA)

#### Descrição:

O PTA do curso é compreendido pelos funcionários asseguram a prestação dos serviços no processo de ensino-aprendizagem.

Forças	Fraquezas
<ul style="list-style-type: none"><li>✓ Existência de um plano de formação e um sistema de avaliação do desempenho docente e do PTA;</li><li>✓ O PTA existente desenvolve trabalhos voltados ao ensino e à investigação, concretamente ao apoio técnico às monografias de fim de curso dos estudantes, manutenção do acervo bibliográfico e manutenção dos meios informáticos, incluindo o serviço de atualização da página web da Instituição;</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>✓ Pouca participação do PTA em congressos com apresentação de trabalhos, quer na produção científica propriamente dita incluindo a publicação de artigos ou de livro;</li><li>✓ Insuficiência do PTA no departamento para assegurar a gestão de actividades de ensino, investigação e extensão de forma eficiente e eficaz;</li></ul>

### Indicador 7. Investigação

#### Descrição:

A Revista Científica Walinga (RW) e o Centro de Estudos e Investigação Científica do Instituto Walinga (CEIC-W), constituem dois espaços considerados como recursos e repertórios estratégicos, através dos quais o Departamento produz, partilha e difunde os resultados de suas actividades científicas, dentro das linhas de investigação inerentes aos cursos sob sua gestão. Para além disso, o Departamento realiza jornadas científicas e os estudantes apresentam a monografia como forma de conclusão do curso, uma actividade realizada em observância aos procedimentos de investigação.

Forças	Fraquezas
<ul style="list-style-type: none"><li>✓ Existência de políticas e linhas de investigação, com provas de sua implementação;</li><li>✓ Existência de instrumentos de acompanhamento e monitorização das actividades científicas;</li><li>✓ Existe incentivo e financiamento para as actividades de investigação, incluindo as ligadas com o processo de ensino e pós-graduação;</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>✓ Pouca produção científica de docentes em revistas internacionais e indexadas;</li><li>✓ Limitações de fonte de financiamentos para o desenvolvimento de projectos de pesquisa;</li><li>✓ Não existe investigadores de carreira, nos termos da legislação em vigor.</li></ul>

<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Existência de monografias do curso como forma de trabalho final de curso, cuja elaboração obedece os cânones científicos;</li> <li>✓ Existência de produção científica dos docentes do curso, na forma de artigos de revista, relatórios de pesquisa e comunicações em eventos científicos;</li> <li>✓ Existência de jornadas científicas e actividades que estimulam a investigação.</li> </ul>	
---	--

### Indicador 8. Extensão

#### Descrição:

A extensão universitária na UO consiste na prestação de serviços e realização de actividades por parte dos estudantes, docentes e outros actores da comunidade académica, junto da comunidade. É, portanto, o processo de aplicação dos conhecimentos científicos e outros saberes produzidos pelo Departamento, com relevância para questões sociais e culturais, com vista a promover mudanças sociais na vida das populações.

Forças	Fraquezas
<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Corpo docente com formação diversificada e diferenciada e com potencialidades para realizar actividades de extensão;</li> <li>✓ Existência de planos anuais de actividades de extensão universitária do curso;</li> <li>✓ O currículo do curso permite a prestação de serviço às comunidades e escolas.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Inexistência de políticas de prestação de serviços, de actividades de extensão à comunidade.</li> <li>✓ Falta de projectos de extensão universitária.</li> <li>✓ Pouco envolvimento de estudantes em actividades de extensão com as comunidades, empresas por inexistência de planos e projectos correspondentes.</li> </ul>

### Indicador 9. Intercâmbio

#### Descrição:

As actividades de intercâmbio estão relacionadas com a mobilidade nacional e internacional de estudantes, docentes, PTA e dirigentes, para a troca de experiências, formações, investigação e outras actividades que agregar valores em termos científicos e de ensino.

Forças	Fraquezas
<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Existências de acordos de cooperação com entidades governamentais locais (Moxico), no sector da educação, que garantem a realização de estágios dos estudantes do curso do ensino primário;</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Falta de acordos internacionais e de mais acordos nacionais para a mobilidade dos estudantes, docentes, PTA e dirigentes da UO e do curso, para a troca de experiências, formações/ensino e outras actividades relevantes;</li> <li>✓ Falta de política de mobilidade nacional e internacional para docentes, discentes e PTA;</li> <li>✓ Não existe a troca de investigadores nem parcerias de investigação na UO.</li> </ul>

### Indicador 10. Infraestrutura

#### Descrição:

As infra-estruturas da UO e do Instituto, de modo geral, compreendem as estruturas físicas e tecnológicas que garantem o normal funcionamento das actividades lectivas, de extensão, académico-científicas, actividades

administrativas e de gestão no seu todo. Assim, fazem parte das infra-estruturas da UO e do Instituto as salas de aulas, os WC´s, os laboratórios de saúde, a sala de informática, as instalações administrativas, os equipamentos, as instalações tecnológicas, os gabinetes entre outros.

Forças	Fraquezas
<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Existência de salas adequadas que garantem o processo do ensino-aprendizagem;</li> <li>✓ Existência de laboratórios que garante aos estudantes do curso a realização de aulas práticas;</li> <li>✓ Existência de quartos de banhos para todas as necessidades;</li> <li>✓ Existência de anfiteatro e sala multiuso que garantem a realização de conferências, jornadas científicas, colóquios e outras actividades relevantes;</li> <li>✓ Existência da sala de informática para aulas de informática na óptica do utilizador e aulas nas unidades curriculares que exige informática aplicada.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Falta de posto para primeiros socorros;</li> <li>✓ Não existe área de convívio, refeitório e espaço para a prática desportiva;</li> <li>✓ Não existe acesso a internet de banda larga para estudantes e docentes (excepto na biblioteca e na sala de informática);</li> <li>✓ Falta de casas de banho para pessoas com necessidades especiais.</li> <li>✓ Insuficiência de gabinetes para o pessoal administrativo e órgãos de gestão;</li> </ul>

#### Indicador 11. Cumprimento da Legislação em Vigor

Forças	Fraquezas
<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Alinhamento do PDI, PPC, Estatuto e Regulamento a legislação em vigor no subsistema do ensino superior;</li> <li>✓ O rácio docente/discentes cumpre o que a lei estabelece;</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Incumprimento do sistema de créditos que traduza o número de horas do curso em Unidades de Crédito, expressa no Artigo 17 do Decreto Presidencial No 193/18 de 10 de Agosto.</li> </ul>

#### Avaliação Global – Ambiente Externo

Oportunidades	Ameaças
<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Aumento constante da demanda do curso do ensino primário pela comunidade académica;</li> <li>✓ Abertura e disponibilidade das instituições públicas, privadas e organizações não governamentais, nacionais e internacionais, para a criação de acordos de cooperação no âmbito de estágios curriculares, actividades de extensão e de intercâmbio;</li> <li>✓ Existência da legislação sobre avaliação institucional e acreditação de cursos às IES, o que promove a cultura de avaliação institucional e contribuir na melhoria dos indicadores de desempenho nas dimensões de ensino, investigação, extensão e gestão;</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ <b>Crise Financeira e Fragilidade do Sector Empresarial Privado.</b> A crise financeira que o país vive e a fragilidade do sector empresarial privado da Província do Moxico, tem repercussões negativas na capacidade económica das famílias. Com efeito, pode impossibilitar as famílias em garantir o pagamento de propinas aos seus formandos, o que pode reduzir a demanda pelo ensino no Instituto;</li> <li>✓ <b>Política de propinas e emolumentos de outras IES.</b></li> </ul>

## 4. Conclusões e Recomendações

### 4.1. Conclusões

Com base os pontos fortes elencados na análise SWOT, a Comissão de Auto-Avaliação conclui o seguinte:

1. A missão e os objectivos da UO e do curso estão devidamente e claramente definidos, encontram-se divulgados e são conhecidos pela comunidade académica;
2. A gestão da UO, assegurada pelo chefe do departamento, é feita de forma participativa e inclusiva, cujas acções estão baseadas em normativos legais e instrumentos internos (PDI, PPC e Regulamentos). Entretanto, o PTA é insuficiente para atender de forma eficiente e eficaz as necessidades do departamento;
3. A falta de alternativa de fontes de financiamentos pode limitar a realização de actividades de investigação e de extensão;
4. O corpo docente reúne qualificações e competências para garantir qualidade no processo de ensino-aprendizagem, embora exista um número reduzido de docente com o grau de Doutor e a maior em regime parcial;
5. Existe estágio curricular para estudantes finalistas e um laboratório para as aulas práticas no curso de ensino primário;
6. A UO organiza actividades de extensão, embora não de forma intensiva;
7. A instituição possui o Centro de Investigação e a Revista Científica, a partir dos quais a UO realiza suas actividades científicas;
8. Falta de protocolo de cooperação com outras IES do país e do estrangeiro.

### 4.2. Recomendações

Com na análise SWOT, recomendamos que se desenvolva acções que contribuam na melhoria dos indicadores que apresentam insuficiências, nomeadamente:

- i) Aumentar o acervo bibliográfico do curso;
- ii) Incentivar docentes e investigadores a aumentarem a produção científica, sobretudo de artigos em revistas internacionais;
- iii) Reforçar contactos para a celebração de acordos de cooperação, no âmbito de intercâmbio nacional e internacional, para promover a mobilidade dos docentes, discentes e PTA;
- iv) Aumentar o número de docentes com o grau de mestre e doutor, bem como aumentar o número de professores efectivos;
- v) Melhorar as infra-estruturas.

## 5. Plano de Melhoria

INDICADOR DE VERIFICAÇÃO	FRAQUEZA	ACÇÃO DE MELHORIA	RESPONSÁVEL	RECURSOS	PRIORIDADE	PRAZO
Gestão	Insuficiência do quadro pessoal no departamento/curso	Promoção de concurso de ingresso ou de acesso para a contratação do PTA	Promotoria, Secretário-Geral e Chefe do Departamento	Recursos Humanos, financeiros, materiais e tecnológicos	Alta	12 meses
	Dependência financeira, proveniente de propinas de estudantes	Desenvolvimento de actividades, como por exemplo, cursos de extensão para captação de recursos financeiros alternativos				
Currículos	O Plano Curricular não descreve disciplinas nucleares, complementares e opcionais com os respectivos números de créditos mostrando a proporção existente	Actualização do PPC e assegurar o alinhamento com a legislação em vigor	Comissão para actualização do PPC	Recursos Humanos; Software de plágio	Alta	12 meses
	Falta de mecanismos de detecção de plágios e outras fraudes académicas	Instituir mecanismos de detecção de plágios e outras fraudes académicas	Chefe do Departamento			
Corpo Docente	Número reduzido de docentes com o grau de doutor	Promoção do concurso de ingresso ou de acesso para a contratação...	Promotoria; Recursos Humanos; Chefe do departamento	Recursos Humanos e Financeiros	Alta	12
	A maioria (>50%) dos professores funciona em regime de tempo parcial;					
Corpo Discente	Pouco acompanhamento de especialistas aos estudantes com necessidades educativas especiais transitórias.	Definição de estratégias de inclusão e integração dos estudantes	Chefe do departamento	Recursos bibliográficos, internet, espaços de convívio.	Média	18 meses
Pessoal Técnico Administrativo	Pouca participação do PTA em congressos com apresentação de trabalhos, quer na produção científica propriamente dita incluindo a publicação de artigos ou de livro	Incentivo do PTA a participar em actividades científicas e produzir trabalhos científicos	Chefe do departamento; Secretário-Geral	Recursos materiais, humanos, etc..	Alta	12 meses
	O PTA existente não foi contratado por concurso público.	Promover concurso de ingresso ou de acesso para o PTA		Recursos humanos e administrativos		12 meses
Investigação	Pouca produção científica de docentes em revistas internacionais e indexadas	Incentivar docentes a publicar artigos em revistas internacionais indexadas	Chefe do departamento; Vice-Pr p/ ACPG		Alta	12 meses
	Limitações de fonte de financiamentos para o desenvolvimento de projectos de pesquisa	Diversificar fontes de financiamento para actividades de investigação				
	Não existe investigadores de carreira, nos termos da legislação em vigor	Promover concurso de ingresso para o recrutamento de investigadores				

Extensão	Inexistência de políticas de prestação de serviços, de actividades de extensão à comunidade	Elaboração da Política de prestação de serviços, de actividades de extensão às comunidades e sector económico.	Chefe do departamento	Recursos Humanos, financeiros, materiais e tecnológicos	Alta	12 meses
	Não existe um fundo financeiro de apoio ou financiamento das actividades e/ou projectos de extensão.	Captar financiamento para a execução das actividades e projectos de extensão.	Chefe do departamento		Alta	12 meses
	Falta de projectos de extensão universitária	Conceber planos, projectos e programas para potenciar a prestação de serviços ao sector social (às famílias, escolas e à Administração Local do Estado) através da: a) Criação de grupos multidisciplinares para a elaboração de propostas de projectos sobre a atenção psicológica de estudantes de todo o sistema de ensino; b) Realização seminários de superação de docentes e directivos escolares do Ensino Primário e Secundário.	Chefe do Departamento do Ensino e Investigação (DEI) de Ciências Sociais e Humanas e Coordenador do Curso		Alta	18 meses
	Inexistência de acordos de cooperação ou memorandos celebrados no âmbito da extensão	Elaborar e implementar contratos e ou memorandos de prestação de serviços às comunidades.	Chefe do DEI de Ciências Sociais e Humanas; Chefe do Departamento Jurídico e Intercâmbio.		Média	12 meses
	Pouco envolvimento de estudantes em actividades de extensão com as comunidades, empresas por inexistência de planos e projectos correspondentes.	Estabelecer políticas ou estratégias que estimulem o envolvimento de estudantes em actividades e projectos de extensão universitária.	Coordenador do Curso		Média	18 meses
Intercâmbio	Falta de acordos internacionais e de mais acordos nacionais para a mobilidade dos estudantes, docentes, PTA e dirigentes da UO e do curso, para a troca de experiências, formações/ensino e outras actividades relevantes	Estabelecer acordos de cooperação nacional e internacional para a promover a mobilidade...	Chefe do departamento	Recursos Humanos, financeiros, materiais e tecnológicos	Alta	24 meses
	Falta de políticas de mobilidade nacional e internacional	Elaborar políticas de mobilidade nacional e internacional			Alta	2 meses
Infra-estruturas	Falta de posto para primeiros socorros	Construir, desenvolver e realizar estas condições de infra-estruturas em falta	Promotoria; Secretário-Geral	Recursos Humanos, financeiros, materiais e tecnológicos	Alta	12 anos
	Não existe área de convívio, refeitório e espaço para a prática desportiva					
	Não existe acesso a internet para estudantes e docentes, quer na biblioteca como na sala de informática					
	Falta de casas de banho para pessoas com necessidades especiais.					

	Insuficiência de gabinetes para o pessoal administrativo e órgãos de gestão					
	Na biblioteca, ausência de um televisor ou écrans de projecção de vídeos educativos					
Cumprimento da Legislação	Incumprimento do sistema de créditos que traduza o número de horas do curso em Unidades de Crédito, expressa no Artigo 17 do Decreto Presidencial No 193/18 de 10 de Agosto.	Actualizar o PPC do curso para ajustar o número de créditos à legislação em vigor	Comissão para actualização do PPC	Recursos Humanos, financeiros, materiais tecnológicos e	Alta	12 meses

O COORDENADOR DA CAA  
  
 BEDITO GUILHERME MUHUSSO